

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES AO GOVERNO FEDERAL

APRESENTAÇÃO

As reivindicações abaixo listadas foram aprovadas no último encontro nacional do MST (7º encontro, realizado em dezembro/93, em Salvador, Bahia) e servem como um roteiro.

Essa pauta já foi apresentada:

- aos candidatos a Presidente da República, na campanha de 1994;
- ao Ministro da Agricultura, em audiência no dia 8 de março 95;
- e, em audiência durante o Grito da Terra (junho/95), quando o Ministro pediu mais trinta dias para dar encaminhamento, ao menos, ao problema dos acampamentos.

Vamos apresentá-la novamente ao Ministro da Agricultura e ao Presidente da República.

Pedimos que os companheiros discutam, mudem os pontos que acharem desnecessários, acrescentem outros que acharem importantes.

Cada novo acréscimo, para ir à plenária geral do Congresso, deve receber pelo menos 50% dos votos na plenária estadual.

REIVINDICAÇÕES

I. OBTENÇÃO DA TERRA

1. Desapropriar os maiores latifúndios de cada Estado.
2. Definir uma nova política para as TDA's. Pagando pelo valor que os fazendeiros disseram ao ITR.
3. Priorizar a desapropriação de áreas de pecuária extensiva. E próximas do mercado e de infra-estrutura.
4. Negociar áreas de grandes empresas não agrícolas como: Madeiras, Bancos, etc.
5. Agilizar e desburocratizar os processos de desapropriação
 - * Envolver outros órgãos no estado e o Ministério Público.
 - * Encurtar o caminho do processo.
6. Discriminação de terras públicas federais, (essencialmente PR e MS).
7. Trocar as áreas férteis de uso atual das Forças Armadas por outras, e distribuí-las para Reforma Agrária.
8. Fazer o depósito das TDA's e o pagamento das benfeitorias imediatamente após a desapropriação.
9. Desapropriar áreas próximas a açudes e barragens no Nordeste.
10. Garantir a demarcação das áreas indígenas e das áreas de remascentes de quilombos.
11. Garantir o assentamento de 100 mil famílias em 1995.

II. ASSENTAMENTOS

12. Regularizar todos os atuais assentamentos irregulares e provisórios.
13. Descentralizar o processo de projetos de assentamentos.
14. Titulação, como concessão de uso permanente, com direito a herança (em nome do homem e da mulher).
15. Distribuição de sementes e ferramentas no 1º ano e recuperação das áreas (calcário).
16. PROCERA: garantir os recursos necessários. Desburocratizar.
17. Desburocratizar o FNE/FNO. E aumentar a quota dos assentados e pequenos agricultores.
18. Criar um programa especial de crédito do Banco do Brasil para agroindústrias e irrigação nos assentamentos, com subsídio.
19. Fazer convênio entre BNB / Banco do Brasil e COSESP para cobrir com seguro agrícola todos os projetos do PROCERA e FNE / FNO.

III. INCRA

20. Reciclar os procuradores do INCRA.
21. Fazer convênios com outras instituições, para acelerar as desapropriações.
22. Atuar junto ao STF para acelerar processos de desapropriações e rever liminares que expropriam apenas da gleba cultivada com psicotrópicos, e não toda a propriedade.
23. Criar mecanismos para investigar casos de corrupção e conluio - juizes/INCRA/fazendeiros.
24. Vincular o INCRA diretamente à Presidência da República.

IV. EMERGÊNCIA

25. Impedir o uso da Polícia contra os trabalhadores nos despejos.
26. Atendimento social a todas as famílias acampadas.
27. Negociar com governos estaduais e juizes a suspensão de ações de despejo.
28. Resolver prioritariamente a situação de conflitos e acampamentos.